

EDITORIAL

**Considerações sobre o II Encontro
dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses**

Exactamente um ano após a realização do I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses, efectuava-se, de 30 de Março a 3 de Abril de 1966, o II Encontro. Para lá de todos os aspectos que é preciso desde já elogiar, temos de reconhecer que pôr de pé esta segunda reunião demonstra à saciedade que a capacidade de efectivação e o grau de eficiência dos nossos colegas são verdades inconcussas, que não oferecem qualquer dúvida.

Mais ainda: a organização do II Encontro foi cuidada e teve larga audiência, serviu bem os fins almejados — dizer ao País que realmente, no campo cultural, ele possui também um notável escol nos seus bibliotecários e arquivistas. Tal demonstração ficou patente. Ninguém já discutirá. Hoje só há que tomar em alta consideração a acção destes sempre que se pensar em termos de reforma de estudos à escala nacional ou de planeamento amplo da reforma da mentalidade lusitana. O II Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses foi, pois, um decisivo passo num caminho em frente e rectilíneo que a todos nos anima.

Enquanto do I Encontro saíram comissões com fim bem específico para formar, por exemplo, as comissões regionais para o estudo das regras de catalogação, do II Encontro não houve que recorrer a tal expediente. E por um motivo bem simples: graças aos decretos-leis 46 348 e 46 350 de 22 de Maio de 1965, criaram-se as condições legislativas que permitem a obtenção de uma série de benefícios que há tanto se aspiram, tais como Regras Portuguesas de Catalogação, Depósito Legal, Catálogos Colectivos, remodelação do Curso de Bibliotecário-Arquivista, etc. Enfim, dispondo desses diplomas que o Ministério da Educação Nacional criou em boa hora, está-se na senda perfeita para se atingir o que se deseja. Assim, os olhos estão postos na 3.ª Secção da Junta Nacional da Educação para que ela leve à concretização das esperanças de todos os técnicos nacionais das questões bibliográficas e arquivísticas, esperando-se que reuna regular e frequentemente e resolva tantos dos problemas que nos assoberbam. Mas que resultou imediatamente do II Encontro? Uma grande obrigação: todos temos de dar cola-

boração, todos devemos fazer estudos, todos temos de contribuir na medida das nossas muitas ou poucas disponibilidades de tempo, de informação, de habilitação, para que os nossos colegas e os organismos responsáveis possam aproveitar ao máximo as contribuições que lhe dermos. Actualmente, por exemplo, só se poderão obter as Regras Portuguesas de Catalogação ou a Ficha Catalográfica Nacional graças aos elementos de estudo que os nossos colegas de Lisboa, Porto ou Coimbra trouxeram. Mas mais é preciso fazer. Novos estudos, novas sugestões há que fazer.

Realmente este tipo dos nossos Encontros serve para ventilar problemas — e para lhes dar solução adequada. Quanto mais trabalhos e realizações forem aparecendo, desde a simples tradução de um capítulo das regras de catalogação em estudo pela ALA até a qualquer trabalho original elaborado em conjunto de técnicos ou individualmente, tanto melhor. É sinal de que a chama destas reuniões não se extinguiu.

Outro facto surgido durante o II Encontro foi a distribuição do belo volume com os trabalhos impressos do I Encontro. Por ele se vê a quantidade extraordinária de estudos feitos e do seu interesse e actualidade. Sempre que entre nós se abordarem tais problemas, as Actas daquela reunião têm de estar presentes, o que só honrará os bibliotecários e arquivistas, e servirá igualmente para dizer que os Encontros deste género alcançam também os seus objectivos imediatos a curto prazo.

Outro facto de larga repercussão pública e social foi o extraordinário êxito que o Arquivo Nacional da Torre do Tombo obteve ao promover, integrada no II Encontro, a exposição dos seus iluminados e manuscritos valiosos. O público, durante esses dias, correu em massa para ver tão belas espécies, pois umas 10 000 pessoas ali foram.

Ora que quer dizer isto tudo? Que a receptividade do público continua viva. O problema está todo nisto: saber dar-lhe coisas de interesse, mesmo que elas sejam do passado. A Torre do Tombo soube mostrar que a história tem vida e beleza, e daí tão grande triunfo, que é igualmente um triunfo dos bibliotecários e arquivistas portugueses.